

DO PORTO À COZINHA: A CONSTRUÇÃO DO GASÔMETRO DE SÃO CRISTÓVÃO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE CARIÓCA

Bruno Amadei Machado
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
bamzin@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a inauguração do Gasômetro de São Cristóvão (1911) no contexto das reformas urbanísticas ocorridas no início do século XX no Rio de Janeiro, com um foco especial na reforma do Porto. Acolhe-se aqui a afirmação de que o conjunto de intervenções levadas à cabo na cidade naquele período são efeitos de um embate político mais amplo, travado entre duas correntes reformadoras da época, fato que a historiografia ora dominante costuma desconsiderar. Durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906), dois ideários distintos de reformulação urbana concorreram na mesma cidade: ações de embelezamento comandadas pela Prefeitura caminharam ao lado do projeto de modernização do Porto do Rio de Janeiro, levado à cabo pelo Governo Federal. Neste panorama, considera-se que a consequente inauguração do Gasômetro de São Cristóvão está fortemente vinculada e torna-se possível graças à intervenção a nível federal. Contudo, acredita-se que a separação entre dois pólos não dá conta do fenômeno, uma vez que a empreitada do gás mostrou-se transescalar, atravessando não apenas um, mas muitos projetos relacionados à noção de modernidade: a popularização do uso do gás e a inauguração de sua maior fábrica, o Gasômetro de São Cristóvão, articulam, ao mesmo tempo, distintas vertentes de projeto de cidade, de governo e de sociedade. Esta análise tem como suporte privilegiado a pesquisa em jornais e revistas publicados nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, recorre-se inicialmente a um breve histórico da utilização do gás na iluminação pública da cidade a partir de meados do século XIX, se estendendo até a abertura do Gasômetro de São Cristóvão. Em seguida, discute-se o avanço do fornecimento de gás encanado e suas consequências na transformação dos hábitos da classe média urbana, mais precisamente no espaço privado do lar.

PALAVRAS-CHAVE: gasômetro; fábrica de gás; gás manufaturado;

FROM THE HARBOR TO THE KITCHEN: THE CONSTRUCTION OF THE SÃO CRISTÓVÃO GASWORKS IN THE CONTEXT OF 'CARIÓCA' MODERNITY

ABSTRACT

The present work aims to analyze the inauguration of São Cristóvão gasworks factory (1911) in the context of the urban reforms that took place in Rio de Janeiro during the early 20th century, with a special focus on the reform of its harbor. This article reaffirms the assertion that the set of interventions that took place in the city were effects of a wider political clash lead by two reformist trends of that time, a fact that current dominating historiography often disregards. During the administration of mayor Pereira Passos (1903-1906), two distinct ideologies concerning urban renewal competed in the same city: embellishment acts executed by the City Hall walked alongside the harbor's modernization project, driven by the country's Federal Government. In this panorama, it is believed that the consequent opening of the São Cristóvão gasworks is strongly linked and made possible thanks to the intervention on federal level. Nevertheless, it is believed that the separation in two poles does not explain the phenomenon, as the gas works appears to be cross-scaling, penetrating in not only one but many projects related to the notion of modernity: the popularization of gas appliances and the opening of its biggest factory, the São Cristóvão gasworks, articulate at the same time different projects of city, government and society. This analysis is based on the privileged research of newspapers and magazines published in Rio de Janeiro during the first decades of the 20th century. For such, a brief history of the utilization of manufactured gas in public lighting is made, from the mid-19th century until the construction of its main gas factory. It then discusses the improved gas supply system and its consequences on the transformation of the urban middle class habits, more precisely on the private space of home.

KEY-WORDS: Gasworks. Gas factory. Manufactured gas.

BREVE HISTÓRICO DO USO DO GÁS NA ILUMINAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

“Tudo estava preparado para a inauguração do novo¹ sistema de iluminação da cidade no dia do aniversário da Imperatriz, em 14 de março de 1854, mas inúmeros obstáculos fizeram Mauá adiar a solenidade. Dias depois, tendo sido satisfatórias as experiências, marcou-se a cerimônia para o dia 25 de março, aniversário do juramento da Constituição do Império; e, assim, naquele dia, os primeiros lampiões a gás foram acesos, iluminando-se as ruas de São Pedro, Sabão (General Câmara), Rosário, Ouvidor, Direita (1o de Março) e Largo do Paço (Praça 15); tendo sido o Rio de Janeiro a primeira cidade brasileira a ser iluminada a gás.” (PONDE, 1971:26)

Por mais de um século, os lampadários instalados nas ruas do Rio de Janeiro emitiram feixes de luz cuja matéria-prima principal era o óleo de baleia, pescada na Baía de Guanabara. Da transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, passando pela chegada da corte portuguesa à sua mais rica colônia em 1808, o crescimento da cidade foi acompanhado pelo clamor por vias melhor iluminadas e, conseqüentemente, mais seguras. Permanecendo o serviço até a metade do século XIX sob responsabilidade da polícia, a iluminação pública não era entendida apenas como uma questão de conforto e prevenção de delitos, era também eficiente na disciplinarização dos habitantes da cidade. Em 1818, discorrendo sobre “os meios e modo de obter e conservar a seguridade pública nesta cidade e corte do Rio de Janeiro”, José Maria Gallard afirma ser imprescindível:

“... cuidar que a iluminação de noite seja abundante e bem servida. Isto dá idéia favorável do gosto e elegância dos moradores: o andar às escuras é bom para os malfeitores, ou índios bravos, facilita os delitos, e é pouco decoroso a uma Corte.” (apud. CARVALHO, 2003:84)

Após inúmeras tentativas fracassadas de modernização, foi apenas em 1850 que o emprego do gás na iluminação pública tomou rumos concretos, após assinatura de contrato para a iluminação à gás hidrogênio carbonado firmada entre o Governo Federal e Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. O contrato resultou na criação da Companhia de Iluminação a Gás, bem como na construção da Fábrica de Gás do Aterrado, em terreno situado na antiga Rua Senador Eusébio, na altura do Canal do Mangue.

Até a virada do século, o sistema de fornecimento de gás da cidade passaria para outras mãos, notadamente de capital estrangeiro. Em 1865, após grave crise financeira, a Companhia de Iluminação a Gás do Barão de Mauá é vendida para a inglesa *Rio de Janeiro Gas Company Limited*. Em 1885, mais uma vez, o serviço seria transferido então para a belga *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro* (SAG). Em 1909 ocorre a revisão do contrato celebrado entre o governo e a SAG, autorizando a mesma a manter o monopólio da iluminação da capital até o ano de 1945. Dentre as obrigações da contratada, o documento especificava também a construção de uma nova fábrica de gás, a localizar-se em terreno federal arrendado para a mesma, recém-criado após os melhoramentos executados na Região Portuária. Trataremos a seguir desta região, para mais adiante nos aproximarmos do terreno que viria a receber o novo Gasômetro.

A MODERNIZAÇÃO DO PORTO E A ABERTURA DO CANAL DO MANGUE

Tendo como referência a reflexão desenvolvida por André Nunes de Azevedo em “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”, acolhe-se aqui a afirmação de que o conjunto de intervenções urbanas ocorrido na primeira década do século XX, condensado sob a alcunha Reforma Passos, consistiu em um intenso embate político travado entre duas correntes reformadoras da época, fato que a historiografia “oficial” costuma desconsiderar:

“[...] essa historiografia não discerniu os distintos projetos de reforma urbana que se operaram no Rio de Janeiro da época, sob referências diferentes. Perceberam-nos como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos. Contudo, durante o processo de reformação urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, houve duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Muller e o engenheiro Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro por meio de Francisco Pereira Passos.” (AZEVEDO, 2003:40)

Tem-se, por um lado, a visão organicista de cidade, de viés marcadamente culturalista, representada pela figura do Pereira Passos, à época prefeito do Distrito Federal; por outro lado, tornam-se manifestos os planos de desenvolvimento nacional baseados na economia agroexportadora durante o governo liderado por Rodrigues Alves, então presidente da República:

“[...] Rodrigues Alves, por intermédio de seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, designa um membro ilustre do Clube de Engenharia, Francisco Bicalho, para modernizar o Porto do Rio de Janeiro e operar uma reestruturação urbana na região portuária da cidade, a fim de permitir um melhor sistema de distribuição das mercadorias do porto pela cidade. [...] O projeto indicava a construção de um cais que, partindo do Arsenal de Marinha, estender-se-ia até um poço além da embocadura do Mangue, totalizando 3.500 metros de comprimento.” (idem, 2003:41)

¹ Todas as citações deste trabalho foram transcritas tal como no original, respeitando as ortografias utilizadas à época.

Neste processo de amplas transformações, cabe destacar o papel da imprensa da época, que na maioria das vezes informava a população acerca dos melhoramentos e, no caso do Porto, legitimava os feitos através de um discurso claramente pró-governo. Como sinaliza Edmilson Rodrigues, na época era usual perceber nos fatos noticiados “o estabelecimento de um pacto de honra entre governo e sociedade em defesa daquilo que parecia ser a obra mais importante do século.” (RODRIGUES, 2009:105)

Como exemplo bastante ilustrativo, em 1905 a revista Kosmos, que na época tratava de temas variados, destacou parte considerável da sua publicação mensal para explicar de forma minuciosa o atual estágio de obras do Porto – no período atual, tais detalhes encontrariam paralelos apenas em periódicos especializados. Em sua obra “Tempos Eufóricos”, Antonio Dimas defende, inclusive, que a publicação esteve a serviço e possivelmente tenha surgido como porta-voz do programa de modernização de Rodrigues Alves. Tal afirmação ganha coro no trecho abaixo, extraído de artigo da mesma edição:

“Raramente um período de governo terá sido tão fecundo, raramente terá evidenciado uma tamanha somma de força nacional. [...] Definimos a nossa individualidade internacional; fizemos do credito um accionador de trabalho; tornámos o trabalho um accionador de bellezas mal trajadas, um empresario de conforto effectivo, um pregoeiro de capacidade administrativa. [...] As obras do porto do Rio de Janeiro ahi estão, visiveis, palpaveis na sua estrutura de rocha, documentando irrecusavelmente, em um dos departamentos de governo, esse esforço fecundo. [...] Nenhum dos trabalhos apprehendidos no actual período de governo accentúa tão bem a nova phase em que entrou, no Brasil, a administração publica como o das obras do porto do Rio de Janeiro.” (KOSMOS, 1905:25)

Em poucas linhas, o trecho cita temas caros à nova fase que a cidade experimentava: internacionalização, economia financeirizada, uma administração pública exitosa e uma cultura técnica emergente. Em um vasto – e eufórico - contexto de transformações que incidem sobre a sociedade brasileira, a reforma do Porto desempenha papel imprescindível como porta de entrada da Capital (e do capital), contribuindo para acelerar a integração da cidade à modernidade (RODRIGUES, p. 113). Modernidade que se insinua na supervalorização da técnica, vale lembrar, uma vez que a ciência dos engenheiros e médicos sanitaristas norteava os rumos do desenvolvimento e do progresso brasileiro.

Dotada da mais moderna tecnologia, a Baía de Guanabara é dominada, calculada, estriada por linhas retas. Até 1911 as inúmeras praias, ilhas e manguezais que compunham a região do Porto desaparecem por meio de sucessivos aterros que, paulatinamente, traçaram uma nova fronteira civilizatória. Se estendendo paralelamente a esta nova orla retilínea, a Avenida do Cais (atual Rodrigues Alves) distribuía o fluxo portuário interno à região e se conectava ao restante da cidade por duas outras vias: a Avenida Central (atual Av. Rio Branco) possibilitava o escoamento de mercadorias para a área comercial central e para a Zona Sul, ao passo que a Avenida do Mangue (atual Av. Francisco Bicalho) apontaria para as regiões norte e oeste da cidade. A respeito da Avenida do Mangue, Azevedo prossegue:

“Essa avenida foi a mais ampla de todas as aberturas na Grande Reforma Urbana de 1903-1906. Contou com 95 metros de largura, para não mais que 1.380 metros de extensão. Ao centro, recebia o Canal do Mangue, que fora prolongado da Ponte dos Marinheiros até o mar. No cais, foi construída uma comporta, visando manter o controle da limpeza diária do canal. A Avenida do Mangue atenderia ainda o sentido da expansão industrial da cidade, que se deslocava para os setores norte e oeste. A avenida gozaria de posição estratégica, pois estaria junto da estrada de ferro, o que facilitaria a distribuição de produtos pelos bairros do subúrbio carioca.” (AZEVEDO, 2003:46)

Dispondo de ampla área aterrada, dotada de um canal navegável diretamente conectado à Baía, larga o suficiente para acomodar o crescente fluxo de veículos e convenientemente distante do congestionado centro cívico; a Avenida do Mangue acumulava vantagens para receber um grande equipamento urbano que estivesse à altura do progresso nacional, funcionalmente dependente da infraestrutura portuária e norteador, ao mesmo tempo, do desenvolvimento dos serviços públicos e do surgimento de um novo vetor de industrialização rumo ao subúrbio carioca. Como se coroa-se a renovada paisagem do Porto, seria justamente ali, às margens do Cais e da Avenida, o local escolhido para se erguer o Gasômetro de São Cristóvão.²

A INAUGURAÇÃO DO GASÔMETRO DE SÃO CRISTÓVÃO

“A contractante construirá a nova fábrica de gaz, a que se refere esta clausula, no terreno á beira do Canal do Mangue, que é limitada pelas ruas S. Christóvão, Souza e Mello, Pedro Ivo e Avenida Mangue e do Pôrto, mediante aforamento de 48:000\$000 por ano que será pago pela contractante ao Governo.”

Cláusula IX do contrato firmado em 29/11/1909 entre a SAG e o Governo Federal (apud. PONDÉ:54)

O ano de 1911 marcou o término das obras de reforma do Porto até o Canal do Mangue, embora sua inauguração oficial já tivesse ocorrido em 1910. Naquele mesmo ano, conforme prescrito no contrato firmado em 1909 com o Governo Federal, a Societé Anonyme du Gaz, cujo controle agora estava nas mãos da empresa canadense *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited* (Light), inaugura sua nova fábrica de gás construída em terreno público, no entroncamento da

² Discorrendo sobre a importância dos gasômetros no desenvolvimento da cidade de São Paulo, Ana Silva Bloise afirma: “(...) os gasômetros passam a se multiplicar e, de certa maneira, a refletir o conceito de progresso das cidades. A todos esses aspectos subjetivos agrega-se a sua presença física, imponente, que se destaca na paisagem urbana, tornando-os em um marco significativo da época industrial.” (BLOISE, 1998:67)

Avenida do Mangue com a Avenida do Cais. Em 24 de Junho de 1911, às vésperas da inauguração (Fig. 2), a notícia publicada no jornal Correio da Manhã nos auxilia a entender o fascínio por ela gerado:

“Recebido á entrada da nova usina pelo dr. Rego Barros e directores da Société Anonyme du Gaz, o ministro da Via  o percorreu todas as dependências da nova instala  o a inaugurar-se, iniciando a sua visita pelas instala  es do fabrico e medi  o. S. Ex. Que demoradamente presenciou o funcionamento dos varios aparelhos, informando-se particularmente da capacidade e da movimenta  o dos mesmos, mostrou-se bem impressionado. (...) A fabrica  o do gaz passa d’ora avante a ser feita pelos processos que a technica moderna tem suggerido. (...) As novas instala  es para o fabrico do gaz representam um empreendimento gigantesco. Impressiona agradavelmente entrar naquella colmeia de trabalho, onde se p  de dizer ser quasi tudo feito automaticamente e com grande asseio e ordem. Quem v   exteriormente essas grandes instala  es, de cujo seio se erguem as mais altas chaminés do Rio de Janeiro, não p  de ter uma vaga id  a da energia, da grande actividade que lá dentro se desenvolve. A nova fabrica de gaz    uma pequena cidade, com ruas bem cuidadas e formadas por casas, com armazens e depositos. (...) O local para essa construc  o não podia ser melhor pois fica collocado    beira-mar, quasi no centro da cidade e não longe dos suburbios e dos arrabaldes. Os vapores com as cargas de carvão destinado ao fabrico de gaz atracarão no caes e o producto será levado aos depositos especificos por meios mecanicos, sem trabalho algum braçal. (...) Dessa opera  o, o gaz entra para o gazometro que fica fronteiro ao Hospital dos Lazaros, o qual tem uma capacidade de 90.000 metros cubicos, isto   , tres vezes o tamanho do gazometro do Campo de Marte, fronteiro    fabrica velha, sendo um dos maiores gazometros do mundo.” (CORREIO DA MANHÃ, 1911:2)

Entorpecidos pela minuciosa descri  o dos carregamentos de carvão, pontes movediças, fornos e altas chaminés que abastecem “um dos maiores gazometros do mundo”, a notícia transmite a sensa  o de que naquele momento um novo pacto de honra era firmado entre governo e sociedade, onde todos os envolvidos se beneficiariam dos serviços prestados pela nova fábrica – do operário libertado do trabalho penoso aos ilustres agentes públicos.



Fig. 1: Anúncio da visita do ministro da Via  o ao Gasômetro de São Cristóvão. Jornal Correio da Manhã, 4/6/1911.

Embora o trecho acima mencione apenas o ministro da Via  o, a página seguinte do jornal traz a fotografia de um grupo de homens que compareceram    visita solene, dentre eles o prefeito do Distrito Federal. A despeito dos longos embates travados entre as esferas de poder político,    evidente que a inaugura  o do Gasômetro interessava não apenas aos planos de desenvolvimento da Na  o, mas também    Municipalidade, principal beneficiária do incremento na capacidade de abastecimento de gás encanado.

No dia 2 de Julho do mesmo ano, há pouco mais de uma semana após a publica  o inicial no Correio da Manhã, notícia semelhante seria veiculada em francês no periódico “L’  toile du Sud”, publicado nesta mesma cidade, ressaltando o sucesso da empreitada: “*les expériences de la nouvelle usine    gaz de notre ville ont tr  s bien r  ussi.*”³ Dois dias após, em 4 de julho de 2011, era a vez do jornal “The Brazilian Review” divulgar estatísticas do Gasômetro, desta vez voltada aos leitores de língua inglesa:

“It is estimated that the new works will be able to supply 180,000 cubic metres of gas per diem and it is expected in view of the competition of electricity that this amount will be adequate for some years to come.” (THE BRAZILIAN REVIEW, 1911:665)

Contudo, por mais longe que a notícia do novo Gasômetro chegasse, os habitantes da cidade talvez não estivessem prontos para absorver as transforma  es na mesma velocidade das máquinas. No dia 15 de agosto de 1911, em matéria nomeada “O gaz muda-se”, a Gazeta de Notícias chama aten  o não para a nova fábrica, mas para aquela antiga situada no Aterrado, já em vias de ser desativada. (Fig. 1) Em tom bastante reverente, as palavras iniciais revelam um ar nostálgico:

³ L’ÉTOILE DU SUD, 1911:2

"O Rio antigo vai vertiginosamente desaparecendo. Não ha tempo nem mesmo para pensar bem no que desaparece.

_ Como era esta rua?

_ Ninguem mais se lembra.

_ E estes predios?

Tambem ninguem mais recorda.

Havia ruas estreiras, mal calçadas, que tinham uma historia muito comprida, meio cheia de cousas, de factos, aneddotas, entre as outras ruas estreitas e mal calçadas. Havia velhos predios... Oh! os velhos predios, os predios em que as gerações estavam acostumadas a ver como que um symbolo! Ja não ha mais nenhum. Tudo se reforma, concerta e enfeita. (...) É o delirio, é a vertigem [...]."

(GAZETA DE NOTÍCIAS, 1911:1)

Focando na história da fábrica do Aterrado, a notícia prossegue recuperando incidentes que marcaram a evolução do gás na cidade, tais como as greves violentas que ali ocorreram, o péssimo serviço prestado, seu aspecto sujo e a falta de infraestrutura que marcava o entorno da fábrica. Contudo, os pontos negativos acionados ao longo do texto não concorrem no sentido de simplesmente abominar os tempos pré-modernos; ao invés, ainda que negativos, tais fatos significam e valorizam aqueles elementos construídos, inscrições materiais da história da cidade e testemunhos dos tempos idos. Em meio ao delírio modernizante, o colunista noticia as transformações sem antes balizá-las na familiaridade do passado, se esforçando para "eternizar o discurso que fez da pedra cidade."⁴

Em oposição à intervenção do Governo Federal, nota-se que a reflexão empreendida pelo noticiário se aproxima do viés culturalista característico do reformismo do prefeito Pereira Passos, ou seja, mirando o passado para definir os pressupostos que organizariam o futuro. À espera da chegada da modernidade que não se nega, fazendo uso da também moderna técnica fotográfica, restaria ao jornal eternizar em discurso as pedras que ainda estavam de pé e logo seriam demolidas:

"A cidade augmentou. Fizeram-se outros gazometros. [...] Mas o edificio continuava tal qual. Continuava! Como se na transformação vertiginosa fosse permitido esse luxo a um velho edificio! Ha um novo edificio do Gaz, perto do caes. O Velho começaram a demolir-o. Dentro em breve havemos de nos lembrar delle como da ladeira do Seminario e do Mercado Velho. E talvez por um ultimo respeito, antes de não restar senão poeira do velho Edificio é que o mandámos photographar..." (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1911:2)



Fig. 2: Transferência do Gasômetro para a Avenida do Mangue. Correio da Manhã, n. 3628 de 24 de junho de 1911.

A MODERNIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA. A COZINHA COMO LABORATÓRIO DOMÉSTICO

"O millenio começará na cosinha. O primeiro passo para esse fim é a installação de um fogão a gaz."

Anúncio publicitário da SAG (Fon-fon!, 1913a:52)

⁴ Cf. PECHAMN, 1999

Os primeiros anos do século XX foram marcados pela expansão da energia elétrica na cidade, cujo monopólio estava nas mãos da empresa canadense *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited* (Light), à época também principal acionista da SAG. Em razão do seu melhor desempenho energético, a preferência pela iluminação de matriz elétrica já era uma realidade, sendo questão de tempo para que a completa substituição da tecnologia ocorresse. O uso do gás na iluminação pública atingiria seu ápice em 1913, chegando a contar com 22.613 bicos empregados na iluminação dos logradouros públicos da cidade, declinando vertiginosamente nas duas décadas seguintes. Já no ano de 1927, dos 65.248.075m³ de gás fornecidos pela fábrica, apenas 4% seriam empregados na iluminação pública (REVISTA LIGHT, 1929). Finalmente, em janeiro de 1934, os últimos 490 combustores ainda em funcionamento foram desativados por definitivo. (REVISTA LIGHT, 1934:38)

Por outro lado, embora a inauguração do Gasômetro de São Cristóvão já antecipasse o desuso da iluminação pública à gás, o enorme incremento na capacidade de fornecimento de gás propiciado pela nova fábrica sinalizava um novo cenário de consumo. Conforme notícia do *The Brazilian Review* e seguindo a tendência já observada nas grandes cidades do mundo, o emprego do gás ganhava terreno nos lares cariocas:

"At the same time the greatly increased employment of gas for cooking and heating purposes is beginning to be observed in Rio as it has already been in New York, London and other great cities." (THE BRAZILIAN REVIEW, 1911:665)

Para compreender estes novos hábitos que alavancavam o consumo de gás nos domicílios, em um contexto mais amplo deve-se considerar que as reformas da primeira década buscaram intervir nas distintas esferas de reprodução da vida, seja através da reorganização física dos espaços da cidade, seja através da reforma moral dos costumes dos seus habitantes. Se o aterramento de áreas pantanosas concebido por engenheiros permitia a expansão da cidade para novas áreas, a prática ganhava respaldo científico no discurso dos médicos higienistas, que viam naquelas intervenções uma via de combate à insalubridade. No entanto, o combate à insalubridade deveria avançar também em direção aos espaços de moradia, especialmente aqueles ocupados pelas classes populares.

No campo da representação, os cortiços eram o contra-exemplo do ideal de habitação desejado, pois acreditava-se que constituíam campo fértil para a reprodução de doenças – fossem elas biológicas ou mentais. Suas habitações de tamanho reduzido, banheiros coletivos e cozinhas improvisadas instaladas no mesmo (e muitas vezes único) ambiente de descanso se situavam no extremo oposto dos palacetes burgueses, casas unifamiliares que ocupavam terrenos urbanos espaçosos, afastados das divisas e com áreas de serviço segregadas.

Assim, nos espaços do lar, a imagem da casa burguesa foi aquela que mais aderiu ao ideal de progresso, logo mais apta a se adaptar para receber a modernidade. Tanto nas moradias dos ricos como nas vilas operárias destinadas aos pobres, tidas como solução para o problema dos cortiços, o foco de intervenção se situava nos espaços voltados às tarefas domésticas regulares, em especial na cozinha. A "cartilha" a ser seguida neste ambiente preconizava espaços de trabalho higiênicos e funcionais, separados das áreas sociais, ergonômicos, arejados, adotando materiais de fácil limpeza. Neste contexto, com sua fuligem e fumaça negra que invadiam todos os ambientes da casa, o fogão movido à lenha e à carvão perde espaço na configuração do novíssimo "laboratório doméstico"⁵; em seu lugar, o fogão à gás foi tido como solução, fazendo com que a SAG se tornasse agente diretamente interessado e envolvido nestas transformações. Analisando o espaço doméstico paulistano na virada do século XIX para o XX, João Luiz Maximo da Silva ressalta o papel das empresas de energia na promoção dos novos hábitos urbanos. Em um contexto bastante similar ao carioca⁶, o autor afirma que "a atuação das empresas de energia reunidas em torno do grupo Light foi decisiva nas transformações que se operavam no espaço doméstico." (SILVA, 2007, p. 214)

No entanto, se as transformações pelas quais a cidade vinha passando suscitavam reação nos mais variados grupos sociais, no espaço doméstico a acolhida não seria diferente, sendo necessário que a concessionária se valesse de estratégia eficaz para vencer a resistência e educar o cidadão acerca dos benefícios da adoção do combustível à gás. Assim, em sincronia com a inauguração do Gasômetro de São Cristóvão, em 1911 a SAG introduz anúncios publicitários nos diversos impressos em circulação na cidade, divulgando os benefícios dos equipamentos à gás através de textos curtos e ilustrações bem-humoradas.

Os anúncios ressaltavam que o fogão, montado e aferido na própria fábrica de São Cristóvão, era vendido pela concessionária, podendo ser parcelado em prestações mensais e instalado gratuitamente. Nota-se que o estímulo ao uso do gás era duplamente vantajoso para a empresa, pois esta comercializaria um equipamento custoso e, ao mesmo tempo, converteria o cliente em novo consumidor regular da sua própria rede de abastecimento em vias de expansão. Maximo da Silva prossegue:

"A viabilização e comercialização de uma nova tecnologia, aplicada ao trabalho doméstico e distribuída através de redes, trouxe um grau de dependência da casa às novas relações, que extrapolaram os antigos limites do espaço doméstico. Esse processo submeteu a casa e a rua às relações técnicas e econômicas mediadas por novos agentes e novas formas de abastecimento e prestação de serviços. As propagandas e outras formas de divulgação foram usadas para diminuir a estranheza em relação à nova tecnologia e, ao mesmo tempo, escamotear custos, apresentando o produto como sendo completamente autônomo em relação ao sistema. Em compensação, vemos uma articulação (de amplas conseqüências) entre poder

⁵ O termo "laboratório doméstico" aparece em anúncios da SAG para descrever a cozinha moderna, transportando ao ambiente expressões da cultura técnica e do maquinismo industrial. Cf. SILVA, 2008:106.

⁶ Em ambas cidades, a concessão dos serviços de gás e energia elétrica estava nas mãos do mesmo grupo canadense Light.

público, capital (capital estrangeiro e seus interesses) e infra-estrutura, redefinindo um novo espaço urbano e doméstico.” (idem, 2007:217)

As descrições relacionavam o fogão à gás à cozinha higiênica, asseada, bonita e confortável. A estratégia discursiva se dava através da comparação antagônica entre o moderno sistema e seus antecessores, ressaltando as características negativas destes, tais como a dificuldade no manuseio e manutenção. Em suma, um esforço era feito no sentido de conferir aos novos fogões ares autênticos de modernidade, desprestigiando e aproximando os métodos anteriores (e aqueles que os empregavam) aos hábitos dos “povos primitivos”, conforme anúncio publicado em 1933 na Revista da Light:

“A culinária do índio brasileiro era, pois, um prodígio da sua imaginação. A essa imaginação faltavam, porém, o combustível miraculoso que é o gás e a peça, de uso doméstico, mais miraculosa ainda, que é o fogão. Toda arte culinária que não se utilize desses elementos é uma arte primitiva.” (REVISTA LIGHT, 1933:35)

Os anúncios eram, na maioria das vezes, direcionados à mulher, enquanto gestora do lar, e em alguns casos ao homem, chefe do núcleo familiar e potencial comprador. Alternativamente, acionava-se também a figura da “creada”, a empregada doméstica subordinada às inovações introduzidas pela patroa, esta preocupada com o preparo das refeições cujo objetivo último seria agradar ao seu marido e filhos.

Aproveitando-se deste nicho, em 1932 a revista Fon-fon! divulga a inauguração da Escola de Cozinheiras da Companhia do Gás. Oferecido em uma das agências da empresa, o curso inicial tinha como finalidade ensinar “a boa organização dos serviços domésticos”, dentre eles noções de manejo dos equipamentos à gás, preparo de receitas no forno e no fogão, limpeza e organização da cozinha. A fotografia (Fig. 3) que ilustra a matéria registra o primeiro dia de aula: uma platéia de mulheres majoritariamente negras vestindo uniformes brancos, acomodadas em um amplo salão que simulava uma cozinha residencial, cujo centro era ocupado por uma bancada repleta de utensílios domésticos.

Ao analisar publicidade semelhante, Ulpiano Meneses afirma:

“Entre 1907-1914, momento em que surgem as primeiras publicidades de equipamentos domésticos nas mais importantes revistas ilustradas da época, como Fon fon ou Careta, estava-se muito longe da crise da domesticidade na Europa e nos Estados Unidos, contemporânea da correlata introdução dessas novidades, marcada por fortes tons feministas e políticos [...]. Nessas condições, seja o destinatário desta mensagem publicitária a dona-de-casa, seja sua cozinheira, estamos diante de idéias fora do lugar.” (MESESES, 2000:116)



Fig. 3: Inauguração da Escola de Cozinheiras da Companhia do Gás. Revista Fon-fon! n. 15 de 1932

Poucos meses após o início das atividades da Escola de Cozinheiras, a empresa já contava com 14 cursos voltados para dois públicos diferentes: mantidos aqueles destinados às cozinheiras, passa-se também a oferecer cursos para donas de casa. Em notícia da abertura de um novo espaço no bairro do Flamengo, se lê: “É difícil descrever o entusiasmo com que o público recebeu a iniciativa. Dentro de duas horas, estavam esgotadas as matrículas do primeiro curso, vendo-se ainda, a Companhia, para atender a pedidos insistentes, obrigada a criar um curso para **senhoras de sociedade**, que também desejavam aprender o manejo inteligente do fogão.”⁷

Evidentemente, ao corte de gênero que relegava ao sexo feminino o manejo do “laboratório doméstico”, se somavam as relações obscuras de classe, fazendo com que “patroas” e “creadas” assumissem papéis distintos na utilização do mesmo ambiente. Inevitavelmente, a questão encontrou reflexos nas estratégias de propaganda adotadas pela Companhia do Gás.

⁷ A BATALHA, 1932:3. Grifo nosso.

Em suma, a leitura histórica das propagandas deste período nos auxiliam no entendimento de que o avanço do gás encanado modificou os espaços da vida doméstica sem contudo ameaçar a manutenção das relações sociais ali verificadas, em continuidade com as antigas práticas coloniais. Ao contrário, na evolução do espaço da cozinha da capital brasileira, verifica-se que as relações sociais e trabalhistas jamais foram modernas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro acolhe e dissipa a modernidade em solo brasileiro, assumindo uma função exemplar para o restante do país. Irradiando o progresso técnico nacional, a reforma do Porto cumpre papel imprescindível na economia de matriz agroexportadora, servindo também como porta de entrada para os novos hábitos civilizados.

O novo Gasômetro de São Cristóvão depende espacialmente dos melhoramentos do Porto e reforça de forma exemplar as conquistas do Governo Federal. Por outro lado, a inauguração da nova fábrica de gás vem dar conta do consumo restrito à cidade, articulando às amplas melhorias urbanas a demanda por mais higiene e racionalidade nos ambientes domésticos. No turbilhão de transformações, vale destacar, as reformas não são acolhidas de forma unânime: nos folhetins surgem textos de forte teor nostálgico, evidenciando o indivíduo cosmopolita que abraça o progresso enquanto valoriza o passado da cidade, em certo descompasso com a velocidade das mudanças que ocorrem ao seu redor.

Se, por um lado, a inauguração do Gasômetro ocorre em um período de declínio do emprego do gás na iluminação pública, por outro, o aumento da capacidade de produção de gás caminha junto com a expansão do consumo do mesmo por uma classe média urbana em franca expansão, bem como dos novos hábitos que se desenvolvem nos espaços da vida privada. O gás molda novas relações entre os domínios do público (expansão das redes de infraestrutura urbana) e privado (a cozinha enquanto “laboratório doméstico” e o fogão à gás como “alma” desta cozinha⁸), sem contudo ameaçar as relações sociais observadas no espaço do lar.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. N. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: n. 10, mai./ago. 2003, 39-78.
- BLOISE, A. S. Gasômetros, incômodas relíquias da cidade industrial? Memória Energia. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 25, 1998, 56-69
- CARVALHO, M. P. Uma idéia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- DIMAS, A. Tempos eufóricos: análise da revista Kosmos. São Paulo: Ática, 1983.
- KOELER, J. A Iluminação no Rio de Janeiro e em alguns Estados do Brasil. Revista do Clube de Engenharia. Rio de Janeiro: n. 1-2-3, 1895, 181-183.
- MACHADO, B. A. O que pode o Gasômetro? Devir e experimentação na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Niterói: Monografia de graduação – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, 2013.
- MENESES, U. T. B. O fogão da Societé Anonyme du Gaz: sugestões para uma leitura histórica da imagem publicitária. Proj. História. São Paulo, n. 21, nov. 2000, 105-119.
- PECHMAN, R. M. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. Semear. Rio de Janeiro: n. 3, 1999, 63-72.
- PONDÉ, F. P. A. O gás na iluminação e na calefação da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia Estadual de Gás, 1971.
- SILVA, J. L. M. Cozinha Modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, J. L. M. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. Anais do Museu Paulista. São Paulo: n. 2, jul./dez. 2007, 197-220.
- RODRIGUES, A. E. História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, S.; SANT'ANNA, M.; (org.) Cidade: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

JORNAIS E REVISTAS

- A BATALHA. Rio de Janeiro, n. 863, 20 out. 1932
- A NOITE. n. 7356, 19 mai. 1932

⁸ A NOITE, 1932:8

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 3628, 24 jun. 1911
FON-FON! Rio de Janeiro, n. 22, 1913a
FON-FON! Rio de Janeiro, n. 32, 1913b
FON-FON! Rio de Janeiro, n. 15, 1914
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 226, 15 ago. 1911
KOSMOS. Rio de Janeiro, n. 5, 1905
L'ÉTOILE DU SUD. Rio de Janeiro, n. 26, 2 jul. 1911
REVISTA LIGHT. Rio de Janeiro, n. 12, fev. 1929
REVISTA LIGHT. Rio de Janeiro, n. 69, out. 1933a
REVISTA LIGHT. Rio de Janeiro, n. 70, nov. 1933b
REVISTA LIGHT. Rio de Janeiro, n. 72, jan. 1934
THE BRAZILIAN REVIEW. Rio de Janeiro, n. 27, 4 jul. 1911